

Comunicação de crise no terramoto de 1755

Miguel Midões

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Índice

1. Introdução	1
2. Breve resenha histórica – O terramoto de 1755	3
3. Para uma definição de Comunicação Institucional	4
4. Comunicação de Crise e o Terramoto de 1755	7
5. Comunicação Institucional política	8
6. Comunicação Institucional Religiosa	14
7. Conclusão	15
8. Bibliografia	16
8.1. Webliografia	17
9. Anexo 1	19
9.1. Inquérito	19
9.2. O que se procura saber deste lugar de Aldeia do Bispo, pelos interrogatórios do bilhete junto hé o seguinte:	19
10. O que se procura saber dessa serra é o seguinte:	22
11. O que se pergunta saber do RIO desta terra hé o seguinte:	22

1. Introdução

“As grandes catástrofes, agora como no passado, são momentos em que as pessoas e as sociedades são obrigadas a reflectir sobre si próprias e o seu futuro. (LIMA:2008, 7)”

Partindo da máxima de que existe comunicação institucional desde que existem instituições, temos como principal objectivo com este trabalho tentar perceber e detectar traços de comunicação institucional, nomeadamente comunicação de crise, aquando do terramoto de 1755.

Para isso, tentaremos debruçar-nos sobre duas das principais instituições que, no século XVIII, detinham a maior parte da comunicação que chegava à população e que desempenharam um papel fulcral no período após o terramoto, no que respeita à ordenação e manutenção da calma, bem como a construção da cidade de Lisboa grandemente destruída com o abalo do primeiro dia de Novembro, são elas: o Estado e a Igreja. O Estado, na altura representado pelo rei D.José I, que no entanto delegava no seu secretário de Estado¹ Sebastião de Melo, mais tarde Marquês de Pombal, a maioria dos assuntos que à gestão do reino diziam respeito. E a Igreja, marcadamente católica, que depressa tentou encontrar uma desculpa “espiritual” para tamanha catástrofe natural.

Começaremos por enquadrar historicamente, e de uma forma concisa, o terramoto como um marco no país e na Europa, seguido de uma tentativa de definição dos conceitos de comunicação institucional e de comunicação de crise, no contexto de abalo sísmico. Só depois, através do conjunto de bibliografia que conseguimos recolher, onde estão expressas ordens e medidas do Estado, acções e regras da Igreja, assinalar determinados pontos que nos permitem concluir que estamos perante trechos de comunicação institucional e que, nos momentos após o abalo sísmico, ambas as instituições tomaram medidas exemplificativas de comunicação de crise, ressalvando que neste momento da história seria impossível existir qualquer plano de combate à crise que se seguiu depois do terramoto, ou seja, ao contrário de hoje que empresas multinacionais e até mesmo o governo preparam antecipadamente determinadas situações de crise, para no caso do seu surgimento seja depois mais fácil debelá-las. No século XVIII, seria impossível prever um sismo de tamanha intensidade, muito menos que se seguiriam ondas de enormes dimensões, incêndios, pilhagens, etc. É precisamente o que pretendemos analisar, como

¹Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal aparece referenciado por diversas vezes como secretário de Estado, mas também como primeiro-ministro de Portugal, não havendo rigor na adopção de apenas um termo pelos diversos investigadores que encontramos. Como o nosso trabalho não se prende nessa análise, vamos alternando as denominações. Como curiosidade, o Marquês de Pombal nasce em 1699 e morre em 1782.

lidaram o Estado, a Igreja e a população perante tal cenário? Que medidas foram tomadas para combater a crise? Tentaremos ir mais além da célebre frase “*Enterrem os mortos e alimentem os vivos*”² Que meios foram utilizados para fazer difundir a mensagem? São inúmeras as referências ao inquirito que Sebastião de Melo realizou a todas as paróquias do país, para que se ficasse a saber a intensidade e os danos causados pelo terramoto em todo o território nacional. Respostas que foram sendo publicadas ao longo de mais de ano e meio após o abalo na *Gazeta de Lisboa*, o jornal da época, que será também várias vezes referenciado nesta pequena investigação.

Perguntas que deixam já antever que alguma coisa foi feita e que nos indicam já pequenos sinais de comunicação institucional. Uma comunicação que iremos dividir em comunicação institucional política e comunicação institucional religiosa, pois as suas formas de agir foram de certa maneira diferentes, algumas vezes até contraditórias, com a resposta ao terramoto e a tentativa de fazer face às suas consequências mais científica por parte do Estado e mais profética por parte das religiões católica e protestante.

253 anos depois do terrível terramoto tentaremos, com esta exposição, provar que houve muita comunicação, com os meios existentes, e acima de tudo institucional.

2. Breve resenha histórica – O terramoto de 1755

“O primeiro abalo começou às 9h45, e, na medida em que pude avaliar, durou seis ou sete minutos, de modo em que em um quarto de hora esta grande cidade estava em ruínas. Pouco depois começaram vários incêndios, que queimaram durante cinco ou seis dias. A força do terramoto parecia estar extremamente sobre a cidade. Dizem que ele se descarregou no cais que vai da Casa da Alfândega em direcção ao palácio real, que foi totalmente arrasado e desapareceu. Na hora do terramoto as águas do Tejo ergueram-se 20 ou 30 pés³”

²Surgem referências de que não tenha sido Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) a proferir tais palavras, mas sim um outro marquês chegado ao rei D.José I. O investigador Joaquim Veríssimo Serrão afirma que a história lhe atribuiu esta frase, mas que terá sido o marquês der Alorna, D. Pedro de Almeida, que terá proferido a frase “enterrar os mortos e cuidar os vivos e fechar os portos”, na presença do rei.

³Palavras dirigidas à coroa inglesa pelo cônsul britânico em Portugal, semanas depois do Terramoto, encontradas no sítio de Internet www.oaixote.com.br.

Esta correspondência do cônsul britânico já pode demonstrar um pouco da intensidade com que a terra tremeu na manhã do dia de todos os santos, 1º de Novembro de 1755, um pouco por toda a costa portuguesa, com maior intensidade em Lisboa e no Algarve, mas chegando mesmo a atingir as praias andaluzas na vizinha Espanha.

O conhecido como Terramoto de Lisboa é hoje constituído como um marco histórico e científico, pois marcou uma viragem na arquitectura nacional e no ordenamento do território, mas também permitiu, e graças ao inquérito realizado pelo Marquês de Pombal, que iremos analisar mais à frente, o início do estudo da sismologia, servindo como objecto de estudo para a ciência moderna. Através das descrições deste mesmo inquérito chegou-se à conclusão que a intensidade terá sido de 8,5 graus na escala de Richter, uma intensidade semelhante à do mais recente abalo, seguido de Tsunami, em 2004, que afectou vários países orientais como a Índia, a Tailândia e o Sri Lanka.

Na época, Lisboa tinha uma população a rondar os 170 mil habitantes e estima-se que esta catástrofe natural tenha dizimado cerca de 10 a 15 mil pessoas, acima de tudo quem se encontrava dentro dos edifícios que desabaram por completo, e ainda mercadores, que se encontravam junto ao Tejo e que terão sido colhidos pela fúria das águas vindas do Oceano Atlântico que “subiu de 20 a 30 pés”, originando o maremoto.

Consta ainda na história que o rei D. José I apanhou tamanho susto que até ao fim da sua vida não quis, nunca mais, dormir sobre telha, tendo-se mudado para abrigos nos jardins do palácio.

A juntar aos estragos da cidade, que para além dos prédios juntou ainda cerca de cinquenta conventos e mosteiros danificados e cais afundado, somaram-se os incêndios e as pilhagens, que obrigaram o Marquês de Pombal a tomar medidas, como veremos mais à frente.

Das cinzas, com a colaboração de arquitectos portugueses, acima de tudo de Manuel da Maia, surge uma Lisboa Pombalina renascida, iluminista e moderna aos olhos da velha Europa.

3. Para uma definição de Comunicação Institucional

A Comunicação Institucional está muito ligada às empresas e à Comunicação Empresarial, contudo, pode ainda aparecer ligada à religião e à política, no seio das instituições que compõem estes dois grupos. E é precisamente nestas duas últimas que nos queremos apoiar neste trabalho, analisando a comunicação institucional do século XVIII, aquando do terramoto de 1755, tanto

pelo Marquês de Pombal (C.I. Política), como pela Igreja, católica ou protestante (C.I. Religiosa).

Aproveitando a definição de comunicação institucional cedida por José Maria La Porte⁴, que a considera como toda aquela que é produzida de forma organizada por uma instituição e dirigida às pessoas nas quais ou para as quais desenvolve a sua actividade, poderemos desde já considerar que o Estado, na altura representado pelo Marquês de Pombal, e sendo encarado como Instituição reagiu ao terramoto com uma série de comunicados, regras e editais para restabelecer a norma, comunicando assim com aqueles que mais dependentes estavam de si, os populares.

Já no antigo Egipto e na Grécia, as instituições, tanto de defesa, como políticas, religiosas e culturais exerciam comunicações, de forma a criar um elo de ligação com os seus intervenientes directos. Pretendiam fazer passar as suas ideias, a sua forma de agir, os seus valores e o seu modo de governar.

Este tipo de comunicação conhece, no entanto, o seu maior impulso com o surgimento e proliferação da imprensa nos séculos XVII e XVIII (aliás, este último será aquele em que nos iremos debruçar), acima de tudo à sua capacidade de difusão⁵. Imprensa que foi durante largos séculos (e ainda o é) aproveitada pelos poderes políticos, económicos, sociais e culturais para proliferar os seus ideias e pontos de vista.

É mais tarde, nos séculos XIX e XX, com a revolução industrial e com o desenvolvimento económico e industrial que foram descobertos outros meios de comunicação social como a rádio, a televisão e a Internet e que são hoje, comumente utilizados para a comunicação institucional e difusão de objectivos, metas, acções, intenções, etc., e hoje mais predominantemente pelas empresas. Daí que façam parte da C.I. o Marketing, a Publicidade e as Relações Públicas, que devem ser vistos e analisados de forma separada, mas que não desenvolveremos aqui para não nos afastarmos da verdadeira intenção que nos move.

⁴Membro da Faculdade de Comunicação Institucional da Universidade Pontifícia de Santa Cruz.

⁵ Contudo, esta difusão variava de país para país. Em Portugal, por exemplo, já na segunda metade do século XVIII, apenas existia a *Gazeta de Lisboa*, e a sua publicação não excedia os 1500 exemplares e dificilmente ultrapassava as fronteiras da cidade de Lisboa, não chegando ao restante reino. Há ainda vários documentos que atestam o elevado nível de analfabetismo do país na altura. (BELO:2000) De salientar ainda que a *Gazeta de Lisboa* se situava no limiar entre o livro e o jornal, sendo a sua composição e impressão muito semelhante à dos livros. Saía todas as semanas em forma de folheto, com apenas quatro páginas, depois aumentada para doze, e que depois eram reagrupadas anualmente. No final das 52 semanas era colocada em livro e recebia um título diferente daquele que havia sido publicado no folheto e que, por norma, era extensíssimo.

Mas, será conveniente destacarmos que os três (marketing, publicidade e relações públicas) pretendem transmitir mensagens a determinados públicos e que nos três está presente o carácter persuasivo, comum, por isso, à C.I. Por persuasão entende-se, segundo o investigador citado anteriormente, “o processo comunicativo pelo qual se pretende a mudança voluntária dos destinatários”.

Cabe ainda dizer-nos que as instituições, porque são parte integrante da sociedade, sejam elas políticas, económicas, culturais, etc. têm como obrigatoriedade comunicar com essa mesma sociedade. E, mesmo que esta comunicabilidade obrigatória seja, agora, mais explícita e até mesmo estudada, não significa que já não existisse, por exemplo, no século XVIII, ou até muito antes. Existindo instituições, existe comunicação com os demais que se relacionam com a mesma. Exemplo: perante o cenário do Terramoto de 1755, o Estado surge-nos como a instituição maior, da qual dependem todos aqueles que directa, ou indirectamente, foram afectados pelo sismo. Foi ao Estado que desalojados, famintos e apavorados recorreram procurando uma explicação e uma solução. E, foi o Estado que, com os meios que tinha à disposição, comunicou as linhas condutoras do futuro a seguir.

“A comunicação institucional tem um carácter dialógico porque procura relacionar-se com os elementos da sociedade em que está inserida, tanto indivíduos como instituições, contribuindo para o bem comum, através dos seus fins específicos. (PORTE:2005, 7)”

Outra das características da C.I. muito importante, e que nos vai permitir argumentar mais à frente que, de facto, houve este tipo de comunicação aquando do terramoto, mesmo sendo escassos os meios de difusão na altura, é que esta deve estar sempre associada com a identidade da instituição, ou seja, o seu modo de comunicar deve transparecer os seus valores, a sua identidade e o seu modo de estar. E foi o que aconteceu. Sebastião de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) reagiu consoante a postura a que já vinha habituando os portugueses, com arrogância mas firmeza de ideias.

Outra característica, talvez a mais importante se as pudéssemos assim catalogar, é a existência de três tipos diferente de imagens de uma instituição na C.I, sendo que a harmonia entre as três deve ser o objectivo de qualquer instituição: a imagem que a instituição pretende ter; a imagem que realmente tem e ainda a imagem percebida, ou seja, que os outros têm dela. Será para nós difícil analisar a imagem que o Estado Português tinha na altura, mas mais fácil será perceber que imagem quis passar perante o terramoto e na resolução deste problema, e que imagem tiveram e têm os portugueses do Estado da altura e

dos seus principais representantes: Marquês de Pombal e D. José I, através dos demais testemunhos e trechos que conseguimos encontrar.

Destacamos ainda dois tipos de C.I.: a informal e a formal. Os próprios nomes assim o indicam, a informal é elaborada por aqueles que mesmo fazendo parte da instituição não têm autoridade para fazê-lo e a formal, toda aquela que chega das fontes oficiais, creditadas para fazê-lo, como era o caso de Marquês de Pombal, o principal representante do rei e em quem o monarca depositada toda a confiança. Contudo, vamo-nos aperceber que foram muitos os que se quiseram aproveitar do terramoto para se destacar, fazendo comunicações não formais.

4. Comunicação de Crise e o Terramoto de 1755

“Um acontecimento extraordinário, ou uma série de acontecimentos, que afecta de forma diversa a integridade do produto, a reputação ou a estabilidade financeira da organização; ou a saúde e bem-estar dos empregados, da comunidade ou do público em geral. (Wilcox:2002, 191)”

Esta é a melhor definição que encontramos para o conceito de *crise*, no entanto está direccionada para as empresas e para uma situação empresarial. Como bem sabemos a comunicação de crise é toda aquela que é planeada antecipadamente a uma crise, que previne a mesma, para que os impactos sejam amortizados na sua vivência. Porém, não se fica por aqui e vai mais além, é também o conjunto de medidas tomadas ao longo da mesma e ainda a forma como esta é aproveitada para impulsionar a empresa para o futuro, mas também poderia ser a instituição social ou mesmo o governo. Daí que Octávio Orduña⁶ argumente que “*as crises bem geridas, podem ser oportunidade para reposicionar uma marca e refortalecê-la*”. O mesmo se passa com os Estados, independentemente da sua cor política, pois perante uma situação de crise, a forma de contorná-la vai, sem dúvida influenciar a opinião-pública, e ditar, por exemplo, a sua reeleição no futuro.

Contudo, nem todas as crises têm a mesma origem e, sem dúvida, que aquelas que são causadas por catástrofes naturais são as mais difíceis de prever, mesmo com o avanço da ciência. No caso do terramoto que estamos a analisar

⁶De nome completo Octávio Isaac Rojas Orduña, é master em Comunicação Corporativa e Publicidade, especialista em Comunicação e Gestão Política, ambas pela Universidad Complutense de Madrid. Já assessorou em momentos de crise clientes como a Coca-Cola, a Unilever e a Lego. Foi ainda professor de Comunicação Institucional na Universidad del Valle, no México.

não havia qualquer meio de prevenir a crise que se instalou, mesmo assim podemos e vamos analisar a forma como foi contornada e aproveitada para colocar Lisboa como uma das mais modernas capitais europeias.

Ora, como nem todas as crises têm o mesmo “epicentro”, também a forma de abordá-las (a comunicação a utilizar) será conseqüentemente diferente. O autor supra-citado estabelece uma possível categorização das (*alegadas*) crises. Em primeiro lugar, e o tipo que mais nos interessa, surgem os fenómenos naturais, como as inundações, os terremotos, entre outros, só depois as relacionadas com a saúde e a alimentação, que aliás como é exemplo de 1755 podem, perfeitamente, surgir advindo da primeira tipologia. Ao abalo sísmico e a sua conseqüente destruição, gerou-se uma onda de epidemias causadas pelos corpos em decomposição, o aumento dos preços dos alimentos (apesar das políticas combativas de Pombal), que levou à fome de muitos. Aparecem ainda enumerados os acontecimentos políticos e sociais, como os protestos; os acidentes; os eventos de origem criminal; assuntos jurídicos; bancarrotas, etc.

Vamos perceber como geriu o governo e a Igreja do século XVIII esta crise que se gerou, e que podemos considerar de tipos 1 e 2, sem qualquer manual de crise, “*no qual se estabelecem os mecanismos básicos para abordar situações contingentes*”⁷, que era algo impensável no século XVIII.

Orduña sublinha que perante um cenário de C.C. deve haver sempre o consultor de comunicação. Pelas tarefas que este consultor deve ter encarregues, veremos que foi Marquês de Pombal quem assumiu este papel, sem qualquer dúvida. A este compete: reunir toda a informação possível (foi o que tentou fazer com o inquérito que enviou a todos os párocos do país); determinar o formato da comunicação (não havendo notas de imprensa, a carta foi a forma encontrada pelo primeiro-ministro de D. José I para obter informações e o edital, e os decretos, a publicação mais corrente para difundir as suas regras e orientações); estabelecer um mecanismo de monitorização imediata em todos os meios para comprovar o alcance da crise; nunca mostrar incompetência ou falta de controlo. Parece-nos importante, antes de continuar, frisar que:

“nunca é demais considerar que as melhores decisões são as que se tomam racionalmente, mesmo que em momentos de crise seja difícil manter a calma.”⁸

É pertinente ainda considerar que as crises devem ser aproveitadas como uma “fonte de oportunidades”.

⁷ Citação retirada do artigo “A Comunicação em momentos de crises”, de Orduña, p.3, na Biblioteca On-line das Ciências da Comunicação, em www.bocc.ubi.pt/_listas/tematica.php?codetema=5

⁸ *Ibid*, p.4.

5. Comunicação Institucional política

Antes de passarmos às acções políticas do Estado português da altura, enquanto instituição, convém contextualizar o ambiente em que as medidas, que a seguir vamos enumerar, foram tomadas. O medo causado por um terramoto no século XVIII teria uma intensidade bem maior que nos dias de hoje, pois são incomparáveis os avanços científicos que hoje temos na área. Por exemplo, a investigadora Maria Luísa Pedroso de Lima⁹ compara o medo causado na altura por um terramoto ao que hoje a sociedade sente em relação a uma guerra nuclear, pois “tratava-se então de uma ameaça percebida não só como devastadora e incontornável, mas igualmente desconhecida” (LIMA:2008, 9). Os conhecimentos acerca da sismologia eram escassos, ou mesmo nulos para a maior parte da população, o que fazia aumentar o “potencial aterrorizador” (IBID:2008, 9). Para além disso, a autora lembra que os habitantes tiveram que conviver com mais três factores situacionais, que caracterizaram a situação de extremo terror, tais como: o tsunami que se seguiu ao abalo; os incêndios e roubos que duraram diversos dias, o que levou a que perdessem a noção da existência de lugares de segurança, sem casa se e sem os símbolos do poder espiritual, como as basílicas e igrejas, e ainda a vivência constante sob a ameaça de réplicas.

Posto isto, podemos inferir que o clima era de caos e foi neste tremendo pânico e confusão que o governo de Marquês de Pombal teve que interferir. Já na época, *Pedegache*, em 175, pintava o quadro da seguinte forma:

“Os intérpretes das leis, os ministros dos altares, as mulheres, as crianças, cobertos de sangue e de poeira, correndo sem saberem para onde, metendo-se no perigo cuidando evitá-lo. (PEDEGACHE:1756, 23).

Segundo estudos da Psicologia Social de Taylor e Brown, citados por Lima, no seu artigo *Tragédia, risco e controlo: uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755*, “os indivíduos saudáveis tendem a reagir desenvolvendo formas de restaurar os sentimentos de controlo sobre o ambiente” (LIMA:2008, 10). É precisamente assim que temos que caracterizar Marquês de Pombal, como um indivíduo racional e saudável, que prontamente tentou estabelecer a normalidade entre o seu povo.

⁹Membro do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa) e do Centro de Investigação e Intervenção Social do mesmo instituto e do departamento de Psicologia Social e Organizações. O seu trabalho “Tragédia, risco e controlo: uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755” foi apresentado no colóquio internacional: “O terramoto de 1755: impactos históricos”.

Há depois dois tipos de controlo, o denominado directo, e adoptado pelo Marquês, e um segundo que se desenvolve através de crenças ilusórias, mais adoptado pela Igreja, como veremos no capítulo seguinte.

Sebastião José de Carvalho e Melo vai estabelecer uma estratégia política e vejamos como é descrita esta estratégia pela investigadora social e que nos remete obrigatoriamente para a comunicação institucional e para um dos seus principais objectivos:

“a resposta, alargada e notória do futuro marquês de Pombal tornou visível¹⁰ e **credível** o funcionamento das instituições: os soldados mobilizados para diversos serviços públicos (enterrar mortos, desentulhar ruas, transportar alimentos, guardar ruas), tornaram-se elementos perceptíveis do Estado por toda a cidade; os vereadores municipais controlando as entradas e saídas da cidade e a distribuição de comida, foram um sinal claro do empenho das autoridades na resolução dos problemas mais prementes da população; os juizes, faziam in loco os julgamentos sumários dos ladrões (...) mesmo os clérigos foram utilizados nesta estratégia de resposta ao terramoto, sendo levados a simplificar os rituais fúnebres...” (LIMA:2008, 12).

É perceptível neste texto a forma como o Estado soube não só controlar a situação, como aproveitá-la para fazer mostrar o seu poder, e mesmo dignificar a imagem da sua instituição, colocando todos os que dela faziam parte (desde soldados a vereadores municipais) a trabalhar na ajuda à população, como estratégia clara de que apesar da crise, as rédeas estavam tomadas e estaria tudo sob controlo. Exagerando, podemos mesmo dizer que tentou mostrar que o abalo não havia abalado o Estado enquanto instituição.

Há ainda referências a diversos pedidos de ajuda, acima de tudo de nobres, reconhecendo no Estado a capacidade de protecção e segurança e, por isso mesmo, reivindicavam ao governo quem lhes pudesse montar guarda às suas casas e às suas propriedades, ou seja, alguma notoriedade e conhecimento de que o Estado era, nesta altura, a instituição-mor.

Apesar deste controlo da situação, quase total, por parte do Marquês de Pombal, há necessidade de referir que, e muito devido à baixíssima escolaridade da população, houve uma maior necessidade da mesma de recorrer ao controlo religioso do que ao controlo político, que já tentava, embora timidamente, encontrar explicações científicas para o sismo. Talvez, por este mo-

¹⁰Negrito nosso – de forma a realçar os principais objectivos e elementos da comunicação política de crise.

tivo enunciado anteriormente, Marquês de Pombal tenha tido necessidade de “agir institucionalmente” (LIMA:2008, 15), no sentido de restabelecer o funcionamento das instituições: “reconstrói muito rapidamente a Alfândega, os tribunais, a Relação, a Câmara e os mercados” (IBID:2008, 15). Houve medidas em todos os sentidos, na distribuição de alimentos, na saúde pública, e na segurança e ordem pública. E, há ainda a referir a sua pronta reconstrução da cidade, e a explicação que tentou encontrar para o fenómeno, criando um inquérito que enviou a todos os párcos do país, e que era de resposta obrigatória. Ao longo da nossa investigação foram vários os documentos que encontrámos referentes a estas respostas, acima de tudo da região de Aveiro e do Algarve.

O carácter institucional do Marquês de Pombal foi de tal ordem que em 1758, apenas três anos depois do terramoto, é publicado o livro *Memórias das Principais Providências Que Se Deram no Terramoto*, da autoria de Amador Patrício de Lisboa, onde se encontram “233 documentos de carácter legislativo e executivo de iniciativa directa de Pombal logo a seguir ao sismo” (IBID:2008, 15). Já Cardoso, em 2007, no seu livro *Pombal, o terramoto e a política de regulação económica*, descreve as acções do ministro de D. José I como:

“um precioso testemunho do exercício da acção e gestão política da catástrofe. A imagem mítica e fabricada de um ministro despachando e emitindo ordens escritas da sua carruagem, entre destroços, readquire, assim, uma simbólica comprovação”. (CARDOSO:2007, 170).

O terramoto levou ainda a que muitos se tenham tentado aproveitar da situação, como por exemplo os padeiros que imediatamente pretenderam subir o preço do pão, da mesma forma que o tentavam todos os comerciantes de produtos alimentares. Há referências ainda ao pedido de aumento dos salários de oficiais e marinheiros. Perante este problema, mais uma vez, houve a intervenção de Marquês de Pombal, que promulgou uma série de decretos proibindo o aproveitamento económico da catástrofe, como por exemplo este citado por Sousa, em 1919, na sua obra *O Terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*:

“também ordenou Sua majestade que os oficiais não levassem maior jornal por dia do que antes costumavam, sob pena de trabalharem no desentulho da calceta, e alguns pela sua ambição tem caído infeliz sorte de serem castigados, principalmente os que trabalhavam na barraca de El-Rey pois o desamparam para trabalhar em outra parte onde lhe davam mais jornal” (SOUSA:1919:763).

Mas, nem mesmo depois de recomposta a cidade e dos ânimos mais calmos foi possível terminar com os decretos, aliás a forma mais corrente, utilizado pelo Marquês de Pombal, para comunicar com a população. Com a aproximação do primeiro aniversário do terramoto, em 1756, começou a propiciar-se na cidade mais uma onda de pânico e a população iniciou uma retirada em direcção ao campo e ao interior do país, por isso mesmo houve a necessidade de intervenção do Estado, em mais uma prova de comunicação institucional, um edital do qual salientamos aqui uma parte:

“(...) E para que se evitem estas desordens: He sua Majestade servido ordenar que nenhuma pessoa saia desta cidade e seus subúrbios, nos dias 30 e 31 do corrente e 1 de Novembro sob pena de prisão a arbítrio do mesmo Senhor de serem reconduzidas prezas as que se ausentarem de onde fores achadas à sua própria custa.” (SOUSA:1979, 779).

Este edital data de 29 de Outubro, de 1756, e demonstra um atitude autoritária do Marquês de Pombal, que apelou mais uma vez à ciência como explicação do terramoto e não à punição espiritual e coincidência dos dias, algo que se manifestou bastante razoável com a terra a não voltar a tremer.

Antes de fecharmos este capítulo parece-nos importante e porque já as fomos mencionando, abordar as formas como foi noticiado o terramoto e os meios utilizados pela instituição Estado para difundir as suas ideias e as suas comunicações. Hoje, as instituições assumem como principal forma de comunicar com o exterior os meios de comunicação social. Há três séculos, apenas a imprensa escrita estava descoberta e dava os primeiros passos. Portugal seguia ainda a reboque da restante Europa e tinha apenas um único jornal, a *Gazeta de Lisboa*. É sobre ela que nos debruçamos agora. Em forma de folhetos, compilados em livro anualmente, a *Gazeta de Lisboa*, dedicou apenas cinco linhas ao terramoto, ou seja, apesar de ser elaborada na principal cidade afectada pelo sismo, este periódico quase que não noticia este acontecimento que mudou o país, e quando o faz é “extremamente lacónica” (BELO:2000, 619). No número 45, do ano de 1755, apenas se conseguia ler o seguinte:

“o dia primeiro do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terramotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade, mas tem havido uma felicidade de se acharem na ruína os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares”
[*Gazeta de Lisboa (GL)*, nº45, 1755]

Ao que conhecemos da história da imprensa, desde cedo, ou desde sempre, que esta foi controlada pela censura, vinda das mais diversas partes, por isso parece-nos que o Estado português no século XVIII, tivesse particular interesse numa publicação que relatava os acontecimentos da corte e que, por isso mesmo, não tenha permitido muito mais acerca da catástrofe e que tenha ordenado salientar que os bens estavam quase todos encontrados, para tranquilizar a população. Aliás, André Belo, analisando exaustivamente a *Gazeta de Lisboa*, conclui que esta publicação deixa de falar nos assuntos da corte de 30 de Outubro de 1755 até 8 de Janeiro de 1756, um ano depois e, mais uma vez, para enaltecer tudo o que o governo fez pelo povo, depois do terramoto:

“A corte continua no Real sítio de Belém, onde SS Majestades fidelíssimas e SS Altezas logram perfeita saúde. Tem-se dado várias providências para o remédio dos habitantes desta cidade e se cuida na sua reedificação” (BELO:2000, 629).

Estávamos perante uma gazeta, e de Lisboa, que noticiou mais o terramoto pelo país inteiro, do que propriamente da capital, e até da vizinha Espanha, com relatos do abalo sísmico nas praias da Andaluzia.

Concluimos que a mais valia dos jornais como meio de comunicação política ainda não estava aproveitada nesta altura. Aliás, a maior parte da informação acerca do sismo chegou do inquérito realizado aos párcos das várias freguesias, que vamos agora desenvolver, do qual chegaram a Lisboa várias respostas, que foram compiladas no chamado *Dicionário Geográfico de Portugal*, em 1978, elaborado pelo padre Luís Cardoso, da Ordem do Oratório. Composto por três partes¹¹, com largas dezenas de perguntas, pretendia saber as consequências do terramoto, na localidade, nas serras envolventes e nos rios (no caso de os haver). Mandado escrever pelo Marquês tinha um prazo limite de resposta, sob pena de sanção para quem não o cumprisse ou decidisse não responder, como podemos constatar num texto distribuído na diocese de Coimbra, alegadamente escrito pelo bispo, na altura Conde de Arganil:

“Fazemos saber que Sua Majestade é servido que Vossa mercê a sua resposta, para nós a pormos a Sua Real presença, o que Vossa mercê fará no espaço de um mês, aproveitando-se desse

¹¹Inquérito à aldeia de Bispo, em anexo, respondido a 8 de Maio de 1758, pelo cura António Gonçalves Basílio. Este inquérito foi escolhido por nós para anexar ao trabalho por ter sido o mais completo que encontramos. Na globalidade aparecem apenas respostas a algumas perguntas soltas, ou ainda a referência apenas à data em que determinado párcoco, de determinada zona do país, deu resposta.

tempo para conferir os pontos duvidosos com pessoas inteligentes e peritas, que comuniquem a Vossa mercê a luz necessária para o acerto” (AAVV:1974, 26).

Foi este o principal instrumento de comunicação institucional utilizado pelo Marquês de Pombal para tomar conhecimento de toda a realidade nacional e assim melhor implementar a sua estratégia de combate à crise que se instalou. As referências a estas respostas são várias e chegam um pouco de todo o país, embora algumas permaneçam ainda hoje por se conhecer. Das que se conhecem a maioria resume-se nas palavras descritas nos termos de Olivença, “que providências se deram imediatamente em cada lugar pelo eclesiástico, pelos militares e pelos ministros” (LOUREIRO,5), dando conta do trabalho e dos esforços destas duas instituições (Estado e Igreja) em repor a calma.

6. Comunicação Institucional Religiosa

A Igreja, acima de tudo a católica, tinha um papel fundamental na construção mental dos cidadãos no século XVIII, desde ideias, a valores e até mesmo modos de vida. Muitos foram aqueles que não conseguiram manter a racionalidade e mais facilmente se deixaram “influenciar” pelas ideias da Igreja e aceitaram a possibilidade de intervenção divina na ocorrência de terremotos. E, a Igreja, enquanto instituição, soube aproveitar esta fragilidade e colocá-la ao seu serviço. Há mesmo diversos autores que referem que a cada réplica do terremoto se ouvia pela cidade de Lisboa as palavras “misericórdia Senhor”, que nos dão a clara noção de como a Igreja conseguiu (e claro que através de comunicação) incutir nos cidadãos a ideia do terremoto como punição divina. A partir do dia 1 de Novembro, a Igreja católica organizou cuidadosamente uma série de procissões e também penitências para “aplacar a fúria divina” (LIMA:2008, 11). O patriarcado de Lisboa criou mesmo uma oração dos terremotos que terminava da seguinte maneira:

“(…)vos pedimos, que nos livreis dos tremores de terra, e nos conserveis sempre no verdadeiro temor e tremor do vosso santíssimo Nome, até à hora da nossa morte, Ámen” (NATIVIDADE:2005, 216).

Para além da Igreja ter ainda pedido menos vaidade e mais respeito, ao longo das cerimónias que se seguiram ao terremoto, o próprio rei decidiu

nomear um santo como o padroeiro contra os terramotos¹². Em plena situação de temor, a população procurou maioritariamente a protecção divina, ou seja, “a activação do esquema de controlo religioso sobre os sismos” (LIMA:2008, 12). A Igreja tomou como bandeira para prevenir mais catástrofes a mudança radical de comportamento, que consistia numa vida religiosa muito mais activa, ou seja, queremos com isto dizer que também soube aproveitar esta crise para se impulsionar e afirmar junto dos fiéis, que estavam mais fragilizados.

Mas, nem só a igreja católica aproveitou o terramoto para difundir as suas ideias, também a protestante, que apesar de menos significativa recolhia alguns apoiantes na capital. Cavaleiro de Oliveira interpretou o terramoto como “uma ira de Deus causada pelos trabalhos da Inquisição e pela proibição da leitura da Bíblia em português” (IBID:2008, 16). Cada um à sua maneira tentou colher frutos do terramoto e destacar-se de alguma forma. Consta também que o próprio Marquês de Pombal, e por nós descrito como uma pessoa racional e coerente, aproveitou a ocasião do terramoto para expulsar os jesuítas de Portugal.

7. Conclusão

Uma instituição, no sentido jurídico e político é, segundo a edição francesa do Dicionário de Economia e de Ciências Sociais, o “conjunto de regras (leis, costumes e prescrições) que organizam a sociedade (o direito, as leis fundamentais, a constituição)”¹³.

Mauss e Fauconnet definem-na como “o conjunto de actos e ideias instituídas que os indivíduos encontram perante eles e que lhes são, mais ou menos, impostas”. Segundo o mesmo dicionário, uma instituição é um agente social, o que a torna viva, “a forma, faz funcionar e transforma”.

Já numa análise neo-institucional, é tentado explicar que a emergência das instituições resulta do comportamento dos agentes sociais que, por norma, “dispõem de uma informação imperfeita e de uma racionalidade limitada”.

Enquanto Instituição Social, o Estado, em 1755, desempenhou, a par da Igreja, um papel de ordem e de integração social muito importante. Perante a catástrofe, coube ao Estado e ao governo de Marquês de Pombal estabelecer regras, decretos, leis, etc. para manter a ordem e a organização social. Coube ao Marquês de Pombal impor prazos, métodos de trabalho e coordenação para restabelecer o dia-a-dia cidadão de Lisboa e tentar explicar o sismo cientifi-

¹²O Santo nomeado foi o jesuíta S. Francisco de Borja, devidamente aprovado pelo Papa Bento XIV, na bula papal de 1756.

¹³Tradução nossa.

camente e de forma racional, abandonando crenças e mitos alimentados pelas diversas religiões.

Resultando as instituições da falta de informação da população em geral, como vimos anteriormente, parece-nos claro que tanto o Estado, como a Igreja, da época se aproveitaram do acontecimento para se afirmarem enquanto tal, perante a sociedade portuguesa do século XVIII.

Conclui-se que estas duas instituições comunicaram bastante, através dos seus meios, para fazer impor as suas ideias e ideais, daí que asseguremos a existência de comunicação institucional, por diversos momentos até comunicação de crise, tendo em conta o contexto em que foi exercida.

Marquês de Pombal, enquanto primeiro-ministro, soube controlar a situação, na maior crise do país em todo o século, e hoje ainda é lembrado como:

“um governante com ideias iluministas que soube utilizar esta catástrofe e todos os meios de que dispunha para a construção de um Estado moderno” (LIMA:2008, 25).

Reconhecemos, contudo, que não tenha havido qualquer tipo de planificação da comunicação utilizada e que os meios de difusão da mensagem terão sido escolhidos aleatoriamente, baseado no que havia na altura, sendo a oferta enormemente maior no século XXI. Mesmo assim, três séculos depois, e perante catástrofes bem mais pequenas ou idênticas a esta, que mexem com parte da sociedade do país, assistimos a Estados/Instituições, com mais meios, mas com uma muito menor capacidade operacional, com fragilizada ou mesmo inexistente *Comunicação Institucional*. Apesar de não saberem que o estavam a fazer, tanto os órgãos dos Estado, como os demais membros da Igreja comunicaram institucionalmente, o que nos leva a depreender que esta atitude esteja um pouco implícita no seio das instituições, ou seja, enquanto tal, têm que obrigatoriamente comunicar, bem ou mal, com ou sem regras (pré) estabelecidas.

8. Bibliografia

BELO, André (2000): *A Gazeta de Lisboa e o terramoto de 1755* in *Análise Social*, n.ºs 151-152, vol. XXXIV.

CARDOSO, J. (2007): *Pombal, o terramoto e a política de regulação económica*, in A.C. Araújo, J.L., W. Rossa e J.V. Serrão (orgs.). *Terramoto de 1755: Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte.

- CORREIA, O.de (2003): *Pombal e o Tempo Laico Português, História*. Lisboa: Cronos.
- LIMA, Maria Luísa Pedrosa de (2008). *Tragédia, risco e controlo: uma releitura psico-social dos testamentos de 1755 in Análise Social*, n.ºs 7-28, vol. XLIII.
- NATIVIDADE, J. (1756-2005): *Terramoto destruído ou o escudo celestial contra os terremotos, peste, raios, trovões e tempestades*, in J.M.Boiça e M. de F. R. de Barros (eds.), *1755 – A Memória das Palavras*. Oeiras: publicações da Câmara Municipal.
- ORDUÑEZ, O.I.R. (s/d): *A comunicação em momentos de crise*, in Biblioteca on-line das Ciências da Comunicação. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- PEDEGACHE, M.T. (1756): *Nova e fiel relação do terramoto que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no 1 de Novembro de 1755 com algumas observações curiosas, e a explicação das suas causas*. Lisboa: Oficina de Manuel Soares.
- PORTE, J.M. (2005): *Introducción a la comunicación institucional*. Versão italiana original publicada por: ZANACCHI A. Et all. in *La Comunicazione di Scienze e techiche*. Roma: Elledici-Rai.
- SOUSA, F.L.P. (1919): *O terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*. Lisboa: Serviços Geológicos.
- [Warning: Draw object ignored](1915): *O Megatismo de 1º de Novembro de 1755 em Portugal*. Lisboa: Revista de Obras Públicas e Minas, tomo XVII, n.ºs 547 a 552.
- TAVARES, R. (2005): *O Pequeno Livro do Grande Terramoto, Ensaio sobre 1755*. Lisboa: Edição Tinta-da-china.
- WILCOX, D.L. (2001): *Relaciones Públicas. Estratégias y Tácticas*. (6ª edição). Madrid: Pearson Education.

8.1. Webliografia

- http://armacaodepera.blogspot.com/2007/01/histria_28.html
- www.bocc.ubi.pt/_listas/tematica.php?codetema=5

- <http://aldeiadbispo2.no.sapo.pt/parquia.htm>
- <http://www.ansiao.net/sant49.html>
- http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/12.htm
- http://sol.sapo.pt/blogs/orgasmos/archive/2008/11/02/S_E100_bado_2C00_-1-de-Novembro-de-1755.aspx
- http://www.oaixote.com.br/caixote11/cx11_artigos_ilidio.html
- www.prof2000.pt/users/avcultur/Calendaveiro/Cronologico/1750.htm

9. Anexo 1

Memórias paroquiais

Aldeia do Bispo - 1758

(Comarca de Castelo Branco - Termo do Sabugal - Bispado de Lamego)

ANTT., Dicionário Geográfico, Vol. 2, Doc 17, 9.153

9.1. Inquérito

9.2. O que se procura saber deste lugar de Aldeia do Bispo, pelos interrogatórios do bilhete junto hé o seguinte:

1. Em que provincia fica, a que bispado, comarca termo e freguesia pertence?

R: Hé provincia da Beira alta, Bispado da cidade de Lamego, hé Comarca de Castelo Branco, hé termo da Vila do Sabugal, hé freguesia de Sam Miguel Arcanjo.

2. Se é del-rei, ou de donatário, e quem o é ao presente?

R: Hé del rei nosso Senhor.

3. Quantos vizinhos tem (e número de pessoas)?

R: Tem sessenta e oito fogos, pessoas duzentas e dez.

4. Se está situada em campina, vale, ou monte e que povoações se descobrem dela, e quanto distam?

R: N/R

5. Se tem termo seu, que lugares, ou aldeias comprehende, como se chamam, e quantos vizinhos tem?

R: Nam tem termo.

6. Se a Paróquia está fora do lugar, ou de dentro dele, e quantos lugares, ou aldeias tem a freguesia, todos pelos seus nomes?

R: A paróquia está para a parte do Nascente, cem passos fora do povo, e nam tem lugares nem aldeias.

7. Qual é o seu orago, quantos altares tem, e de que santos, quantas naves tem; se tem Irmandades, quantas e de que santos?

R: O orago hé Sam Miguel Arcanjo; a igreja tem três altares. Ho principal hé do Senhor Sam Miguel. Os colaterais, hé o da parte direita da

Senhora do Rozário, o da parte esquerda hé do Menino Jezus, e nam tem naves.

8. Se o Pároco é cura, vigário, ou reitor, ou prior, ou abade, e de que apresentação é, e que renda tem?

R:Ho parcho hé Cura annual por apresentaçam do Reverendo Abbade de sam Joam da Villa do Sabugal, tem de porçam cincoenta e duas fane-gas de centeio e duas de trigo.

9. Se tem beneficiados, quantos, e que renda tem, e quem os apresenta?
10. Se tem conventos, e de que religiosos, ou religiosas, e quem são os seus padroeiros?
11. Se tem hospital, quem o administra e que renda tem?
12. Se tem casa de Misericórdia, e qual foi a sua origem, e que renda tem; e que houver notável em qualquer destas cousas?
- R: Nam tem Beneficiados, nem Conventos, nem Hospital, nem Caza de Misericórdia.

13. Se tem algumas ermidas, e de que santos, e se estão dentro ou fora do lugar, e a quem pertencem?

R: Tem no meio do povo huma capela de Sam Gregório e nela está insti-tuida a Irmandade das almas; tem outra capela; tem outra capela trinta passos fora do povo, para a parte do nascente, e hé do Senhor Santo Antam e ambas são deste povo.

14. Se acode a elas romagem, sempre, ou em alguns dias do ano, e quais são estes?

R: Á capela de Santo Antam no seo dia, a dez e sete de Janeiro, vem em romagem todos os annos, os moradores de Navas Frias, vem também em romagem a igreja deste povo todos os annos, no dia oito de Maio, os moradores do lugar dos Forcalhos, e os moradores de Aldeia Velha e os do lugar da Lagioza.

15. Quais são os frutos da terra que os moradores recolhem em maior abundância?

Os frutos que se colhem nesta terra hé pam centeio e algum linho.

16. Se tem juiz ordinário, etc., camara, ou se está sujeita ao governo das justiças de outra terra, e qual é esta?
R: Tem dois juizes espadanos chamados juizes do povo, sугeitos aos Juizes ordinários da Villa do Sabugal que dista desta três légoas para a parte Poente.
17. Se é couto, cabeça de concelho, honra ou behetria?
R: Nam hé coito ou cabeça de concelho, nem honra, nem Behetria.
18. Se há memória de que florecessem, ou dela saíssem, alguns homens insignes por virtudes, letras ou armas?
R: Nam há memória que desta terra sahisssem homens insignes por Letras ou Armas.
19. Se tem feira, e em que dias, e quanto dura, se é franca ou cativa?
R: Nam tem feira nenhuma.
20. Se tem correio, e em que dias da semana chega, e parte; e, se o não tem, de que correio se serve, e quanto dista a terra donde ele chega?
R: Nam tem Correio e mais perto hé do cidade da Goarda que dista desta terra oito légoas.
21. Quanto dista da cidade capital do bispado, e quanto de Lisboa, capital do reino?
R: Dista desta terra a cidade de Lamego, capital deste Bispado, vinte e três légoas e a nobre cidade de Lisboa, capital deste Reino cinquenta e nove légoas.
22. Se tem algum privilégio, antiguidades, ou outras coisas dignas de memória?
R: Nam tem privilégios nem coisas dignas de memória.
23. Se ha perto dela alguma fonte, ou lagoa célebre, e se as suas águas tem alguma especial qualidade?
R: Tem huma fonte trinta passos fora do povo para a parte Sul, corre todo o anno e nam tem especialidade; as suas águas servem tam somente para beber.
24. Se for porto de mar, descreva-se o sitio que tem por arte ou por natureza, as embarcações que o frequentam e que pode admitir?
R: Nam hé porto de mar.

25. Se a terra for murada, diga-se a qualidade dos seus muros; se for praça de armas, descreva-se a sua fortificação. Se ha nela, ou no seu distrito algum castelo, ou torre antiga, e em que estado se acha ao presente?

R: Nam hé murada nem praça de armas, nem tem castelo nem torre alguma.

26. Se padeceu alguma ruina no terramoto de 1755, e em quê, e se está reparado?

R: Nam padeceu ruina no terramoto do anno de mil setecentos e cincoenta e cinco.

27. E tudo o mais que houver digno de memória, de que não faça menção o presente interrogatório.

R: E nam há mais coiza digna de memória de que se faça mençam.

9.3. O que se procura saber dessa serra é o seguinte:

R: Nam faço mençam dos interrogatórios da Serra porque nos limites desta terra nam há Serra.

9.4. O que se pergunta saber do RIO desta terra hé o seguinte:

1. Como se chama assim, o rio, como o sitio onde nasce?

R: Há nesta terra huma Ribeyra que chamam a Ribeyra de Aldeia do Bispo. Nasce no lemite desta terra, donde chamam o Val Longo, para a parte Sul.

2. Se nasce logo caudaloso, e se corre todo o ano?

R: Nasce quieta e nam corre de veram.

3. Que outros rios entram nele, e em que sitio?

R: Nam entram nela rios alguns.

4. Se é navegável, e de que embarcações é capaz?

R: Nam hé navegavel nem tem embarçaõins.

5. Se é de curso arrebatado, ou quieto, em toda a sua distância, ou em alguma parte dela?

R: Nam hé de curso arrebatado.

6. Se corre de norte a sul, se de sul a norte, se poente a nascente, se de nascente a poente?

R: Corre de Sul para o Nascente.

7. Se cria peixes, e de que espécie são os que traz em maior abundância?

Cria somente alguns peixes chamados bordalos.

8. Se ha nela pescarias, e em que tempo do ano?

R: Nam há nela pescarias.

9. Se as pescarias são livres ou algum senhor particular, em todo o rio, ou em alguma parte dele?

R. São livres seus peixes para quem os quizer caçar, excepto Abril, Maio e Junho, e nam tem senhor particular.

10. Se se cultivam as suas margens, e se tem muito arvoredos de fruto, ou silvestre?

R: Cultivam-se as suas margens, para nelas se colher pam centeio e tem algumas arvores silvestres.

11. Se tem alguma virtude particular as suas águas?

R: Só tem virtude a sua água para beber:

12. Se conserva sempre o mesmo nome, ou começa a ter diferente em algumas partes, e como se chamam estas, ou se há memória que em outro tempo tivesse outro nome?

R: Conserva o seu nome só dentro dos lemites desta terra.

13. Se morre no mar, ou em outro rio, e como se chama este, e o sitio em que entra nele?

R: Dos lemites desta terra entra para os da Lagioza, dista desta terra meia légua, donde passa para Castela, de que nam tenho mais notícia.

14. Se tem alguma cachoeira, represa, levada, ou açudes que lhe embarquem o ser navegável?

R: Nam tem cachoeira, levada, nem repreza.

15. Se tem pontes de cantaria, ou de pau, quantas e em que sitio?

R: Tem huma ponte de pao junto a esta terra para a parte do Sul.

16. Se tem moinhos, lagares de azeite, pisões, ou outro algum engenho?

R: Tem tres moínhos de moer pam centeio.

17. Se em algum tempo, ou no presente, se tirou ouro das suas areias?

R: Nam há memória de que de suas areias tenha sahido ouro e prata.

18. Se os povos usam livremente das suas águas para a cultura dos campos, ou com alguma pensão?

R: Uzam os moradores desta terra livremente de suas ágoas.

19. Quantas légoas tem o rio, e as povoações por onde passa, desde o seu nascimento até onde acaba?

R: tem meia légoa de cumprida dentro dos lemites desta terra.

20. E qualquer coisa de notável que não vá neste interrogatório?

R: Não há coisa digna de memória de que se possa fazer mençam.

Aldeia do Bispo, vinte e cinco de Mayo deste anno de mil e sete centos e cincoenta e oito annos.

O Cura: Antonio Gonçalves Bazilio